

## MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

Secretaria-Executiva  
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT  
Conselho Diretor do FNDCT – CD/FNDCT

### ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO FNDCT - CD/FNDCT

EXERCÍCIO DE 2022

**Pauta:** 1) Abertura; 2) Informes; 3) Planejamento das Ações de 2023; 4) Assuntos Gerais; e 5) Encerramento.

**Participantes:** Sr. Paulo César Rezende de Carvalho Alvim, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI, Presidente do CD/FNDCT, Sergio Freitas de Almeida, Secretário-Executivo do MCTI, dos **Conselheiros com direito a voto:** 1) Waldemar Barroso Magno Neto, Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; 2) Evaldo Ferreira Vilela, Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; 3) Jackline de Souza Conca, membro titular do Ministério da Economia; 4) Flávia Pedrosa Pereira, membro suplente do Ministério da Economia; 5) Zarak de Oliveira Ferreira, membro titular do Ministério da Economia; 6) Victor Pina Dias, membro suplente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; 7) Guy de Capdeville, membro suplente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa; 8) Carlos Augusto Grabois Gadelha, membro titular da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; 9) Anderson Stevens Leonidas Gomes, membro titular da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC; 10) Helena Bonciani Nader, membro titular da Academia Brasileira de Ciência – ABC; 11) Gianna Cardoso Sagazio, membro titular da Confederação Nacional da Indústria – CNI; 12) Pedro Wongtschowski, membro titular da CNI; 13) Antonio Renan Arrais, membro titular da CODEFAT; 14) Carlos Eduardo da Mota Góes – membro suplente do Ministério da Defesa.

**Convidados: Pela Finep:** André Luz de Godoy – Diretor Administrativo, Otávio Augusto Burgardt – Diretor de Inovação, Hudney Antunes – Superintendente da Área de Controle Orçamentário e Financeiro do FNDCT; Felipe Aurélio Caetano de Bastos – Assessor da Presidência; Fernanda Stiebler – Assessora da Diretoria de Inovação, Pedro Victor Lito Oliveira – Departamento de Apoio à Gestão Científica e Tecnológica, Carlos de Mello Rodrigues Coelho – Gerente do Departamento de Desenvolvimento e Formulação Estratégica, Rodrigo Rodrigues Fonseca, Gerente do Departamento de Gestão de Produtos e Inovação Corporativa, Rafael Ansaloni Fortes – Superintendente da Área de Planejamento. Pelo CNPq: Thales Marçal Vieira Netto – Substituto Eventual do Presidente do CNPq. **Pelo Ministério da Economia:** Maycon David Stahelin, Coordenador – Geral de Inovação para Produtividade. **Pelo Ministério da Defesa:** Rafael Aquino dos Santos – Coordenador DECTI/SEPROD/MD. **Pela Comunidade Científica:** Jailson B. de Andrade, Professor Doutor - Academia Brasileira de Ciência – ABC; Aldo José Gorgatti Zarbin, Professor Doutor – SBPC. **Pela CNI:** Idenilza Miranda – Especialista de

7

Desenvolvimento Industrial da Diretoria de Inovação; Débora Mendes Carvalho – Especialista de Desenvolvimento Industrial da Diretoria de Inovação; Marcos Arcuri – Especialista em Desenvolvimento Industrial. **Pela CAPES:** Adriano Mendes de Almeida. **Pelo MCTI:** Marcelo Gomes Meirelles – Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos – SEFIP; Marcelo Marcos Morales – Secretário de Pesquisa e Formação Científica – SEPEF; José Gustavo Sampaio Gontijo – Secretário de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI; Eduardo Soriano Lousada – Diretor do Departamento de Tecnologias Aplicadas – DETAP; Alexandre Augusto Villain da Silva – Diretor do Departamento de Administração; Savio Tulio Oselier Raeder – Diretor do Departamento de Ciências da Natureza; Johnny Ferreira dos Santos – Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI; João Eduardo Tabalipa Ferreira – Chefe de Gabinete – SEAPC; Luciana Sayão: Assessora Especial do Ministro/MCTI; Fábio Primon – Assessor do Ministro de Estado do MCTI; Regina Ferreira da Silva – Assessora Especial do Ministro de Estado do MCTI; Sônia da Costa – Chefe da Assessoria de Gerenciamento de Recursos – ASGRE/MCTI; Giordano Almeida de Azevedo – Coordenador-Geral de Governança de Fundos CGGF/MCTI; Lilian Rose Peters - CGGF/MCTI; Paula Regina Comin Cabral – Coordenadora de Gestão de Fundos – COGEF/MCTI, Marcela Galo Teodoro – Assistente Técnico – CGGF/MCTI, Geisiane Nobrega de Oliveira – CGGF/MCTI.

**Abertura:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de julho de 2022, às 9h00 em reunião presencial na Sala dos Conselhos, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), Bloco E, 5º andar, e por meio de videoconferência, acessada através do link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, foi iniciada a 3ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CD/FNDCT. O Sr. Paulo Alvim iniciou a reunião tratando do bloqueio dos recursos do FNDCT. Ele registrou o entendimento de que não vê risco de contingenciamento dos recursos do FNDCT, haja vista a não aprovação do Artigo 59-A do PLN 17/2022, que pretendia promover o contingenciamento. Entretanto, frisou que os recursos do FNDCT ainda estão bloqueados, mas que as agências Finep e CNPq estão trabalhando com a perspectiva de que eles sejam desbloqueados em breve. Antes de passar a palavra à Finep, para um relato sobre o conjunto de iniciativas no âmbito do FNDCT, o Sr. Paulo Alvim destacou a necessidade de encaminhamento da proposta de PLOA 2023 até o dia 15/07, conforme determinação da SOF. Segundo ele, a proposta a ser apresentada à deliberação incorporava sugestões advindas dos membros do CD/FNDCT, respeitando-se o teto estabelecido pela SOF que fora de R\$ 5,6 bilhões para os recursos reembolsáveis e R\$ 5,6 bilhões para os recursos não reembolsáveis. Com a palavra, a Sra. Helena Nader indagou sobre a possibilidade de mudança desse teto até a aprovação da LOA. O Sr. Ministro Paulo Alvim consignou que, por ora, estava-se trabalhando com o limite estabelecido pela SOF e que tão logo a LOA fosse sancionada, seria convocada uma reunião do CD/FNDCT para ajustá-la. O Sr. Pedro Wongtschowski perguntou se poderia haver alguma flexibilização na distribuição dos recursos entre reembolsáveis e não reembolsáveis. O Sr. Paulo Alvim informou que o limite foi determinado pela SOF e caso não fosse seguido, havia o risco da própria SOF fazer a orçamentação. Consignou que a orientação seria de respeitar o teto indicado pela SOF. Na sequência, com a palavra, o Sr. Waldemar Barroso esclareceu que a Finep realizou um planejamento para executar integralmente todo o orçamento de 2022 até o final do ano e que a Finep tem trabalhado com o CNPq para que, na medida que os recursos forem liberados, todas as ações sejam executadas. Registrou que a Finep, na condição de Secretaria-Executiva do FNDCT, elaborou o PAI 2022, com o apoio do MCTI. Na



seqüência, o Presidente do CD/FNDCT solicitou que a Finep apresentasse um balanço das ações do FNDCT empreendidas até àquele momento. Com a palavra, o Sr. Otávio Burgardt apresentou um Panorama de Execução das Ações do PAI 2021/2022 (ANEXO 01). Após o término da apresentação, o Sr. Paulo Alvim destacou que os recursos até então disponibilizados ao FNDCT em 2022 foram integralmente executados, aproximadamente R\$ 2 bilhões. Em seguida, franqueou a palavra aos conselheiros. Com a palavra, a Sra. Helena Nader ressaltou a relevância da execução integral dos recursos, momento em que parabenizou as agências de fomento. Corroborando com a Sra. Helena Nader, o Sr. Ministro Paulo Alvim também parabenizou as agências. Em seguida, apresentou aos presentes o Ofício SEI nº 189585/2022/ME em que o Ministério da Economia - ME indicou o referencial monetário para a captação da Proposta Orçamentária Quantitativa Setorial para 2023 (ANEXO 02). Esclareceu que com base neste documento, foi elaborada a proposta de PLOA que estava sendo trazida à avaliação do CD/FNDCT. A Sra. Helena Nader solicitou que ficasse registado em ata que considera uma afronta o que o Governo Federal está fazendo com a Ciência, Tecnologia e Inovação no país, substituindo o orçamento discricionário do MCTI pelo do FNDCT. Registrou que o ME não enxerga a importância, em pleno século 21, de ter um país soberano em ciência e tecnologia. Registrou que cada aumento de recursos no FNDCT representa uma diminuição do orçamento do MCTI. Com a palavra, o Sr. Carlos Gadelha, como representante da SBPC, solicitou que fosse registado em ata o apoio às falas da Sra. Helena Nader com relação à descaracterização do FNDCT como recurso adicional estratégico e não para substituição de fontes do MCTI. Em seguida, o Sr. Paulo Alvim pediu o acolhimento dos registros em ata e, ato contínuo, passou a palavra ao Sr. Zarak Ferreira. Esse, por sua vez, esclareceu que os recursos do FNDCT aumentaram significativamente quando comparadas às PLOAs de 2022 e 2023 em relação às PLOAs de anos anteriores. Em relação ao referencial de 2023, registrou que houve um aumento próximo à 25% se comparado com 2022. Registrou que, considerando todas as despesas da União, nenhuma outra teve um aumento tão grande como as do FNDCT. Salientou que quando há um aumento de despesas substancial como esse, deve-se obter recursos de outras fontes de financiamento. Reconheceu que o valor das dotações a cargo do MCTI não cresceram na mesma proporção das dotações do FNDCT, mas isso aconteceu com todas as pastas ministeriais. Salientou, ainda, que as demandas são ilimitadas, mas os recursos são finitos e que, portanto, essas demandas precisam ser acomodadas dentro das dotações disponíveis. Com a palavra, o Sr. Pedro Wongtschowski alertou que o contingenciamento de recursos que ocorreu até o ano passado, por uma decisão do poder legislativo, não poderia mais ocorrer. Logo, para ele, se a Lei proíbe o contingenciamento, os recursos do FNDCT deveriam estar integralmente à disposição para deliberação pelo CD/FNDCT. Manifestou, ainda, que concorda com a Sra. Helena Nader quando ela afirma que os recursos do MCTI não deveriam ser substituídos por recursos do FNDCT. Em seguida, o Sr. Pedro Wongtschowski solicitou que fossem disponibilizadas informações sobre o histórico dos recursos disponibilizados ao MCTI e ao FNDCT ao longo dos últimos anos. O Sr. Paulo Alvim informou ao conselheiro que a Finep e o MCTI iriam disponibilizar aos conselheiros uma série histórica dos recursos orçados e efetivamente aplicados nos últimos 6 anos. Fazendo a leitura do "chat" da página virtual da reunião, o Sr. Paulo Alvim registrou que os conselheiros Anderson Gomes, Jaílson Andrade e Carlos Gadelha acompanharam a manifestação da Sra. Helena Nader. Feitos os devidos registros das manifestações dos conselheiros, o Sr. Paulo Alvim deu prosseguimento à apreciação da Proposta de Lei Orçamentária Anual de 2023 - PLOA 2023, elaborada conjuntamente por MCTI, Finep e CNPq. O Sr. Paulo Alvim ponderou

que após a aprovação do PAI pelo CD/FNDCT poderão ser feitos ajustes na LOA para contemplar a realidade dos projetos aprovados. O Sr. Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional, complementou informando que decorrente de um dispositivo constitucional, os remanejamentos ligados às atividades de Ciência, Tecnologia e Inovação podem ser feitos com uma maior flexibilidade. O Sr. Paulo Alvim observou que o conjunto de premissas de contribuições dos conselheiros serviram para a elaboração da PLOA 2023, entre elas a redução no percentual de recursos para as Organizações Sociais - OSs. O Sr. Pedro Wongtschowski perguntou se os recursos para as OSs vêm exclusivamente do FNDCT ou também do MCTI. O Sr. Paulo Alvim esclareceu que, no que se refere a projetos de pesquisa, é custeado pelo FNDCT e a parte de custeio à manutenção das OSs corre à conta de ação orçamentária do MCTI. O Sr. Anderson Gomes perguntou se existe algum estudo de como seria a proposta da PLOA caso a distribuição dos recursos fosse 85% para o não reembolsável e 15% para o reembolsável. Segundo o Sr. Ministro Paulo Alvim, esse cenário está sendo trabalhado e será pautado para discussão entre os membros do CD/FNDCT. O Sr. Carlos Gadelha registrou, em seu nome e em nome da SBPC, que gera um desconforto o CD/FNDCT não viabilizar a destinação de 85% dos recursos do FNDCT para operações não reembolsáveis. Segundo ele, houve um grande esforço da comunidade científica, do setor empresarial e industrial, junto ao Congresso Nacional, no sentido de aprovar a proposta de não contingenciamento dos recursos do FNDCT. Registrou que teria sido razoável uma negociação junto à SOF de um período para a readequação dos recursos ao que fora aprovado pelo Congresso. E acrescentou: *“É uma vitória para a Ciência o não contingenciamento dos recursos do FNDCT em sua maior parte alocados em não reembolsáveis, o que vai fazer a diferença no desenvolvimento científico.* O Conselheiro esclareceu que não há motivos para manter o bloqueio dos recursos do FNDCT e acrescentou que a sua manutenção representa um risco, visto que pode não haver tempo suficiente para a execução dos recursos. Os Srs. Aldo Zarbin e Antonio Arraes endossaram as palavras do Sr. Carlos Gadelha. A Sra. Helena Nader questionou se em 2023 haverá recursos para a nova OS que trata da temática de Oceanos. O Sr. Paulo Alvim informou que na elaboração da proposta de PLOA foi considerado, dentro do limite de 18% destinado às OSs, que haverá uma parcela de recursos do FNDCT destinada a projetos de pesquisa a serem desenvolvidos pelas OSs que deverão substituir as funções até então desempenhadas pelo CEITEC e pelo IMAR. Para continuidade na apresentação da proposta da PLOA 2023, a palavra foi passada ao Sr. Hudney Antunes da Finep. Após o término da apresentação, o Sr. Paulo Alvim abriu a palavra aos conselheiros. Com a palavra, a Sra. Gianna Sagazio registrou seu contentamento com a vitória colhida no dia anterior com a supressão do Art. 59A do PLN nº 17 no Congresso Nacional. Informou que a CNI possui vários estudos mostrando que as empresas nacionais estão tendo menos acesso aos recursos públicos. Segundo ela, as empresas têm inovado, mas na maior parte com recursos próprios. Registrou que seria muito importante estimular o maior acesso aos recursos públicos, mas para isso é fundamental a redução nas taxas de juros praticadas. Nesse momento, solicitou que o CD/FNDCT retome as discussões de estratégias para poder tornar as taxas de juros mais atrativas. Com a palavra, o Sr. Marcelo Morales ao mencionar o valor aprovado no PAI Reembolsável de 2022 (R\$ 2,1 bilhões), registrou que considera esse valor muito aquém da economia brasileira. Manifestou que considera importante haver disponível um maior volume de recursos para os projetos de empresas. Registrou que considera importante não só para o setor empresarial, mas também para a academia e para o setor científico, pois os projetos de tecnologia e inovação vão resultar na contratação de mais pesquisadores e, com isso,



estimular a ciência, tecnologia e inovação como um todo. Manifestou que considera importante aumentar a subvenção econômica, promovendo a sinergia entre o crédito e a subvenção econômica, de forma a tornar esses recursos mais atrativos. Para ele, o casamento entre crédito com taxas acessíveis e subvenção econômica é fundamental para estimular a ciência e tecnologia e, principalmente, a economia brasileira. Com a palavra, o Sr. Carlos Gadelha fez considerações quanto aos Programas Orientados por Missão - POM. Para ele, a acepção da palavra nesse contexto indica o atendimento a demandas específicas, exemplo: a preparação para novas pandemias, energia sustentável. Citou também como exemplo a mobilidade urbana, que seria a utilização da ciência, tecnologia e inovação em âmbito acadêmico e empresarial para grandes demandas da sociedade e do planeta. Esclareceu que sua consideração foi para ajudar numa reflexão conjunta, pois considera que a temática de POM deve ser tratada dentro da lógica da demanda. Assim, sugeriu deixar o delineamento dos POMs mais genérico para uma discussão mais aprofundada pelo colegiado. O Sr. Paulo Alvim corroborou com a manifestação do Sr. Carlos Gadelha e disse que entende que este assunto deve ser discutido no âmbito do CD/FNDCT. Registrou que gostaria que neste PLOA já pudesse contar com três Programas Orientados por Missão. O Sr. Maycon Stahelin concordou com o Sr. Carlos Gadelha e pontuou que considera os POMs muito importantes. Em seguida, questionou quais seriam essas missões. O Sr. Paulo Alvim esclareceu que uma das perspectivas na ampliação do orçamento é ampliar os recursos para os POMs, bem como para outros projetos. O Sr. Paulo Alvim encaminhou recomendação aos conselheiros para que fosse reservado R\$ 300 milhões para os Programas Orientados por Missão, o que foi aceito pelos conselheiros presentes. Consignou, ainda, que pretende encaminhar ao CD/FNDCT proposição para a criação de um grupo de trabalho voltado ao detalhamento dos POMs no FNDCT. Em seguida, com a palavra, a Sr. Helena Nader enfatizou a infelicidade que sente ao constatar que o Brasil não possui química fina apta a desenvolver medicamentos ou fazer insumos para agricultura, a título de exemplo. Nesse sentido, asseverou que os Programas Orientados por Missão devem ter um olhar voltado para as prioridades. Segundo ela, o Brasil possuía uma indústria química fina, mas abriu mão. Atualmente, boa parte dos insumos estão sendo importados da China e da Índia. Ela salientou que teve dificuldade em identificar o déficit apontado na apresentação da Finep. Registrando o entendimento de que os recursos para o FNDCT estão garantidos, salientou que se torna necessário um planejamento estratégico dos recursos do FNDCT para que as ações de fomento possam contribuir para um salto na economia brasileira. Com a palavra, o Sr. Paulo Alvim, buscando esclarecer a dúvida da Conselheira, remontou o histórico até a aprovação do PAI 2022. Registrou que inicialmente havia uma LOA aprovada de R\$ 4.527 Bilhões e que fora aprovado o PAI 2022 com um valor adicional por conta de duas perspectivas, quais sejam: a revisão nas estimativas de arrecadação e em função da apresentação de um grande número demandas qualificadas aptas à utilização dos recursos do FNDCT. Para explicar a primeira perspectiva, salientou que no final de 2021 o Ministério da Economia revisou as estimativas de arrecadação, fato que resultou no envio de uma mensagem ao Congresso Nacional, onde fora proposto a ampliação dos recursos de fomento no FNDCT para R\$ 5.6 bilhões na LOA 2022. Tal fato não se concretizou e a LOA de 2022 ficou estabelecida em R\$ 4.527 bilhões. Registrou, contudo que, caso os recursos fossem incorporados ao longo de 2022, haveria uma carteira de projetos apta à execução. Asseverou, ainda, que em função de demandas qualificadas identificadas pelas agências de fomento, foram aprovados projetos na última reunião do CD/FNDCT, ocorrida em junho de 2022, que remontam a quantia de R\$ 472 milhões. O Sr. Paulo Alvim indicou que se trata de um



mecanismo operacional para cobrir eventuais frustrações na execução dos projetos e que a terminologia déficit talvez não seja a mais adequada, já que se tratam de demandas qualificadas que possuem uma aprovação prévia do CD/FNDCT. No que se refere aos POMs, o Sr. Paulo Alvim lembrou que na criação do Ministério da Ciência e Tecnologia, haviam sido definidas 5 áreas estratégicas para a sua atuação: química fina, mecânica de precisão, materiais avançados, biotecnologia e informática, sendo essa última a área que mais se desenvolveu, pois teve lei setorial própria e mecanismos de fomento próprios. Registrou que considera que os POMs podem ser utilizados como mecanismo estratégico para isso, não apenas para atacar os problemas chave, que reposicionam o país dentro de uma lógica de soberania tecnológica, mas também para sinalizar a necessidade de apoio às iniciativas complementares de apoio. Com a palavra, o Sr. Carlos Gadelha registrou a necessidade de ação interministerial. Ele acredita que a missão está fora do MCTI e que o requisito do CD/FNDCT em ajudar nesta articulação de Governo é muito central. Registrou que o requisito de ação interministerial é muito importante numa lógica para atender às demandas que estão fora da própria governança do MCTI. Com a palavra, a Sra. Gianna Sagazio sugeriu a criação de um grupo de trabalho para formatar os POMs e outro grupo de trabalho para estudar a redução das taxas de juros do crédito reembolsável. Ato contínuo, o Sr. Paulo Alvim colocou em votação a criação dos dois grupos de trabalho propostos pela Sra. Gianna Sagazio. A proposta para a criação do GT POMs foi aprovada por unanimidade. Quanto à criação do GT para discutir as taxas de juros, o Sr. Paulo Alvim, atendendo ao pedido do Sr. Pedro Wongtschowski, solicitou que, preliminarmente, a Finep apresente um estudo sobre o tema com medidas que por ventura poderão ser adotadas. Dessa forma, ficou agendada para uma próxima reunião a apresentação da Finep sobre a situação das taxas de juros e quais medidas poderão ser apreciadas. Feitas todas essas contribuições, o Sr. Paulo Alvim colocou em votação a PLOA 2023, a qual foi aprovada com 10 votos favoráveis e 4 votos contrários, registrados pelos Conselheiros: Carlos Gadelha, Jailson de Andrade, Antônio Arraes e Helena Nader. Ambos registraram a consideração de que deveria haver um pedido à SOF para adequação dos referenciais orçamentários ao novo marco legal (LC 177/2021). Passando ao próximo item da pauta, Assuntos Gerais, o Sr. Paulo Alvim passou a palavra ao Sr. Pedro Wongtschowski da CNI para a apresentação da *"Proposta para discussão de novo modelo do FNDCT"* (Anexo 03). Após a apresentação, o Sr. Paulo Alvim registrou que vê com preocupação a proposta apresentada pois não se trata de um único fundo setorial, mas sim em fundo que absorve recurso de 13 fundos setoriais contributivos. A Sra. Helena Nader alertou que a proposta para mudança na legislação é complexa e pode trazer problemas, mas acredita que possa ser feita uma discussão sobre organização do FNDCT. Segundo ela, da discussão pode-se chegar à conclusão de que até precisam ser criados mais fundos, como por exemplo o da construção civil. Manifestou estranheza da proposta em colocar as OSs como gestoras dos recursos do FNDCT, já que são beneficiárias dos recursos. O Sr. Carlos Gadelha manifestou concordância em discutir a proposta e entendeu que seja necessária uma posição da SBPC e da ABC sobre o assunto. O Sr. Jailson Andrade informou ter participado da criação de vários fundos e que vê com bons olhos essa discussão, principalmente na forma de gestão dos fundos. Alertou a preocupação de submeter propostas ao Congresso Nacional num determinado formato e depois essas propostas serem desfiguradas. O Sr. Paulo Alvim consignou o entendimento de que esse assunto deve ser discutido pelo CD/FNDCT para amadurecer o debate. Registrou que dia 21 de julho de 2022 haverá uma Reunião Geral do FNDCT para iniciar o trabalho de revisão das diretrizes dos fundos setoriais e consignou que a participação de todos é muito importante. A Sra. Helena

Nader questionou se há um projeto para a correção dos valores das bolsas de estudos, tendo em vista que as respectivas estão há 9 anos sem aumento. O Sr. Paulo Alvim informou que está em estudo uma proposta de expansão do orçamento das bolsas em sintonia com o MEC, via Capes, e com o MCTI, via CNPq, para depois realizar um trabalho junto ao Congresso. Nada mais tendo a tratar para o momento, o Sr. Paulo Alvim agradeceu a presença de todos, reiterou o agradecimento à FINEP e ao CNPq na implementação do PAI 2021/2022 e deu por encerrada a reunião às 13h00. Para constar, eu, XXXXXXXXXXXX, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada pelos participantes, segue assinada por mim.

**Encaminhamentos:**

N.	Descrição	Responsável	Prazo
01	Resolução: Constituição de grupo de trabalho para detalhar o POM no FNDCT.	DGI	A ser apresentada na próxima reunião do CD
02	Apresentação sobre o quadro da situação de juros e medidas que poderão ser apreciadas.	FINEP	A ser apresentada na próxima reunião do CD

**Anexos:**



**Assinatura do Presidente**